

## Redes de Itaipu: o desenvolvimento de um modelo de documentação museal cidadã

### Itaipu networks: the development of a model for citizen museum documentation

Rose Moreira de Miranda<sup>1</sup>  
DOI 10.26512/museologia.v10i19.35415

#### Resumo

O artigo descreve a pesquisa realizada durante o período de 2017 a 2019 no Museu de Arqueologia de Itaipu. O trabalho tinha como meta o desenvolvimento de um modelo de documentação museal para o processamento técnico e a difusão digital da Coleção Pessoas e Memórias, composta por 40 (quarenta) depoimentos colhidos no Inventário Participativo de Pessoas e Memórias, que valorizasse a inteligência coletiva, respeitasse o protagonismo social dos depoentes e fosse capaz de tecer meios de equalização do poder entre o museu e a comunidade, na realização do fluxo documental. Uma documentação em prol do saber plural e da polifonia discursiva. Para contextualizar a investigação, revisitamos e problematizamos algumas temáticas da documentação realizada em museus. Apresentamos, igualmente, os principais aspectos históricos e patrimoniais do bairro de Itaipu, território no qual está inserido o Museu. Por fim, detalhamos o processo de criação da documentação museal cidadã e expomos os resultados alcançados.

#### Palavras-chave

Museologia. Documentação museal. Inventário Participativo. Museu de Arqueologia de Itaipu. Museologia Social.

#### Abstract

The article describes the research carried out during the period from 2017 to 2019 at the Itaipu Archeology Museum. The objective of the work was to develop a model of museum documentation for technical processing and digital dissemination of the People and Memories Collection, composed of 40 (forty) interviews conducted in the Project called Participatory Inventory of People and Memories, which valued collective intelligence, respected the social role of deponents and were able to weave ways of equalizing power between the museum and the community, in the realization of the documentary flow. Documentation in favor of plural knowledge and discursive polyphony. To contextualize the investigation, we revisited and problematized some themes of the museum documentation. We also present the main historic and patrimonial aspects of the Itaipu neighborhood, the territory in which the Museum is inserted. Finally, we detail the process of creating citizen museum documentation and expose the results achieved.

#### Keywords

Museology. Museum documentation. Participatory Inventory. Itaipu Archeology Museum. Sociomuseology.

<sup>1</sup> Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Portugal, mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ) e graduada em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). É servidora do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), tendo sido responsável pela implantação do Cadastro Nacional de Museus (CNM). Realizou também a pesquisa e coordenação editorial das publicações Guia dos Museus Brasileiros e Museus em Números e foi uma das mentoras do Registro de Museus e do Programa Acervo em Rede, ambos do Ibram.

Redes de Itaipu:

o desenvolvimento de um modelo de documentação museal cidadã

**Transformação Digital.** A expressão que permeava agendas governamentais, pesquisas acadêmicas e projetos organizacionais, ganhou um novo destaque após 11 de março de 2020. Essa foi a data em que a Organização Mundial da Saúde – OMS, considerando o aumento do número de casos e a rápida disseminação do SARS-CoV-2, também conhecido como Novo Coronavírus, reconheceu a instalação de uma pandemia global.

O distanciamento social, recomendado pela entidade internacional como uma das medidas sanitárias para a contenção da transmissão, gerou restrições de mobilidade e interação física que demandaram severos ajustes nas rotinas de indivíduos, coletivos e instituições. Como afirmou Boaventura dos Santos: “a tragédia é que neste caso a melhor maneira de sermos solidários uns com os outros é isolarmo-nos uns dos outros, sem nem sequer nos tocarmos.” (SANTOS, 2020, posição 38.)

A impossibilidade de contato físico foi em parte superada pelo alargamento da utilização até então concedida às tecnologias digitais de informação e comunicação. A internet, em especial, passou a ser o ambiente privilegiado para a promoção de interações sociais – comemoração de aniversários, reuniões entre amigos, casamentos virtuais etc. – e também individuais. As telas do computador e do celular transformaram-se nas principais mediadoras do ensino, trabalho e lazer.

Os museus, frente à impossibilidade de continuar com a realização de suas atividades presenciais, promoveram uma amplificação da comunicação no ciberespaço. A disponibilização de serviços digitais, como visitas virtuais, exposições online, acesso a publicações e bases de dados, ganharam fôlego, chegando a virar destaque na imprensa local e mundial (BALBI, 2020; LOLLI, 2020; MACHADO, 2020; PUENTE, 2020).

A forte presença do setor museal no ambiente digital foi pesquisada e divulgada pela UNESCO. A análise consta do relatório sobre a situação dos museus frente à pandemia, publicado em maio de 2020. O documento destaca o uso das redes sociais, a promoção de webinários e atividades lúdicas e educativas, desenvolvidas para amenizar o desconforto do confinamento (UNESCO, 2020, p. 6).

O documento também revela um detalhe importante da realidade museal mundial: a transformação digital não é universal. As desigualdades socioeconômicas e políticas, presentes no mundo analógico, se refletem no mundo digital. É assim que somente 5% dos museus localizados em países da África e nos 58 Estados que pertencem ao grupo denominado Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento<sup>2</sup> (em inglês *Small Island Developing States* – SIDS) conseguiram disponibilizar conteúdos digitais. (UNESCO, 2020, p. 4).

Dentre os fatores que dificultam a presença dos museus no ciberespaço estão os relacionados à falta de infraestrutura tecnológica. Isto envolve a necessidade de equipamentos e a própria existência de redes de conexão. Outro fator de igual ou maior importância é o humano. A falta de educação digital dificulta, nos museus, o desenvolvimento de políticas, projetos e ações voltadas para o uso da Internet ou sistemas eletrônicos. Na sociedade, ela minimiza a possibilidade das(os) usuárias(os) em alcançar a chamada cidadania digital.

No Brasil, o conceito de cidadania digital está expresso no artigo 4º do Marco Civil da Internet. Trata-se do direito do acesso à internet a todas as pessoas, incluindo o “acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos.” (BRASIL, 2014).

2 A lista completa de países pode ser acessada no site do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas - UN DESA: <https://sustainabledevelopment.un.org/topics/sids/list>.

Passados 6 anos da promulgação da Lei, os últimos dados sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros, realizada em 2018, demonstram a tendência de crescimento no número de acessos à rede mundial de computadores. Chegamos, no período estudado, a 46,5 milhões de domicílios brasileiros com Internet, o que equivale a 67% deles, ou seja, 6 pontos percentuais a mais do que em 2017 (61%). No entanto, importa ressaltar que dos sujeitos das classes D e E já conectados, 85% acessam à Internet somente pelo *WiFi* disponibilizado em *smartphones*, e com pacotes de dados limitados. Realidade que restringe a quantidade de horas de conexão e, conseqüentemente, a possibilidade de consulta à base de dados, a transmissões ao vivo, acesso aos serviços de *streaming* e *download* (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2019, p. 104-111).

Neste contexto resta-nos perguntar: frente às disparidades de acesso entre as classes quais públicos utilizam os serviços digitais ofertados pelos museus brasileiros? É possível aproveitar as tecnologias para fortalecer ou criar mecanismos que diminuam as desigualdades socioeconômicas e políticas? É possível utilizar as tecnologias para criar ou estabelecer novas relações no fazer museal?

Neste artigo compartilharemos o estudo empreendido entre os anos de 2017 a 2019 para a documentação museal do *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*, realizado pelo Museu de Arqueologia de Itaipu - MAI. O trabalho teve como principal objetivo propor, testar e avaliar um modelo de documentação que potencializasse os saberes e as memórias individuais e coletivas, e que oferecesse protagonismo social às ações do fluxo documental.

A investigação foi empreendida pela doutoranda Rose Moreira de Miranda - museóloga que não compunha o quadro funcional do MAI - e foi orientada pelo professor e museólogo Mario de Souza Chagas. Os resultados foram integrados à tese denominada *Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal cidadã*, defendida em fevereiro de 2020, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, localizada em Lisboa – Portugal.

Nesta oportunidade, compartilharemos os resultados da análise bibliográfica, da pesquisa de campo e da experimentação do método, didaticamente divididos em três partes. Na primeira, trataremos da documentação, explicitando sua polissemia, origem no universo dos museus e principais características. Será, também, esclarecido o conceito de documentação museal cidadã. Na segunda parte, contextualizaremos o trinômio que reflete a missão do MAI: território + patrimônio + comunidade. Descrevemos, brevemente, o histórico de formação e ocupação de Itaipu, os seus marcos patrimoniais e a criação do Museu. Também serão apresentadas as coleções museológicas do Museu e os objetivos do Projeto *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*. Na terceira e última parte, demonstraremos o processo de criação e os produtos gerados pelo modelo de documentação museal cidadã, especialmente as árvores genealógicas digitais, a análise de conteúdo realizada como auxílio do *software Iramuteq*, a construção de um vocabulário controlado e a documentação realizada na plataforma de catalogação utilizada pelo Museu: a *Tainacan*.

## Documentação museal

*O ato de documentar estará intimamente relacionado ao ato de apropriar-se do patrimônio, na dinâmica do processo social, e ao exercício da cidadania. Maria Célia Santos, 1994, p.91.*

A documentação é um termo polissêmico, ou seja, seu emprego permite mais de um significado. Em seu sentido primário, informado em dicionários da língua portuguesa, o substantivo possui três significados básicos: 1. junção de documentos ou informações; 2. comprovação por meio de documentos e 3. ato ou efeito de documentar. Essas acepções permitem compreender a documentação como o ato resultante da ação documentar, verbo que depreende a ideia da organização de documentos, com a qualidade de prova, testemunho.

A materialidade dessa descrição pode ser reconhecida no cotidiano das pessoas físicas, permeado pela indispensabilidade de apresentação da documentação civil básica para a participação na vida pública. Constantemente somos incitados a apresentar nossa certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF, título de eleitor ou outros documentos que têm a função de atestar, oficialmente, a veracidade de dados pessoais (nome, sobrenome, data de nascimento, parentesco, naturalidade, nacionalidade, estado civil etc.) e a quitação com os deveres de cidadã(ão). De forma paralela, a documentação está presente no cotidiano das pessoas jurídicas (documentação societária, técnica etc.) e, também, nas áreas do conhecimento (documentação arquitetônica, documentação informática, documentação histórica etc.).

A documentação, para além do sentido da prova, é analisada pelo antropólogo James Clifford (1994). Em seu texto *Colecionando Arte e Cultura*, o autor a interpreta como uma ação distintiva no Colecionismo, prática cultivada historicamente em sociedades complexas e primitivas. Segundo Clifford, a documentação é a responsável por distinguir o fetiche da coleção. Esta última caracterizada pelo empenho em classificar os itens colecionados e colecionáveis.

A documentação qualifica uma coleção. Para além da comprovação da posse de determinado objeto, ela indica porque o objeto foi escolhido (distinção), registra as suas informações físicas, contextuais e históricas, além de inscrever ações posteriores ligadas à restauração, difusão etc.

Sua importância pode ser medida pelo número de pesquisadoras(es), de diferentes áreas, que utilizam a documentação em forma de inventários, catálogos e diários para produzir a historiografia das coleções e, também, dos museus. Dentre elas(es), podemos destacar os trabalhos de David Murray (1904), Julius von Schlosser (1908), Germain Bazin (1967), Edward Alexander (1979), D. Andrews Roberts & Richard Light (1980), Adalgisa Lugli (1983), Krzysztof Pomian (1984), Oliver Impey & Arthur MacGregor (1985), Antoine Schnapper (1986), Eva Schulz (1990), Paula Findlen (1994), María Teresa Torres (2002).

No universo museal, um dos primeiros registros do ato de documentar foi revelado por uma descoberta arqueológica. Trata-se do possível primeiro museu da humanidade, gerenciado pela princesa, sacerdotisa e gestora escolar babilônica Bel-Shalti-Nannar, também conhecida como Bel-Shalti-Nanna ou Ennigaldi-Nanna, que viveu no século VI AEC<sup>3</sup>. Os vestígios do museu foram

3 Optamos por utilizar a referência cronológica ANTES DA ERA COMUM (AEC) ao invés das expressões que explicitamente se referem a Jesus, como Antes de Cristo (a.C.) ou Anno Domini (a.D.), ano do Nosso Senhor - também traduzida por Era Cristã. Temos ciência que a referência EC (Era Comum) ainda não

localizados pelo arqueólogo Leonard Woolley, no complexo que abrigava o palácio e o templo mesopotâmico na cidade de Ur<sup>4</sup>. No local, foram descobertos fragmentos de silabários e um dicionário com a inscrição: “propriedade da classe dos meninos”. Na sala posterior, foram encontrados artefatos, oriundos de distintas áreas geográficas e de diferentes épocas, que variavam entre 2.100 AEC e 600 AEC (PRYKE, 2019).

Para além dos objetos escavados, uma evidência foi fundamental para que as(os) pesquisadoras(es) interpretassem o espaço como sendo um museu escolar: a identificação de um tambor de argila, com 4 colunas escritas em 3 idiomas diferentes. Para elas(es) tratava-se de uma espécie de etiqueta trilingue. O mesmo entendimento é dado por Geoffrey Lewis, em seu verbete sobre a História dos Museus, presente na *Encyclopædia Britannica*, no qual afirma:

As descobertas de Woolley indicaram que os reis da Babilônia Nabucodonosor e Nabonido certamente coletaram antiguidades em seus dias. Além disso, em uma sala próxima à desenterrada escola do templo foram encontradas não apenas uma coleção de antiguidades, mas também uma tabuinha descrevendo inscrições do século 21 a.C. Woolley interpretou o achado como uma legenda pertencente ao museu. Essa descoberta parece sugerir que Ennigaldi-Nanna, filha de Nabonidus e uma sacerdotisa que dirigia a escola, tinha um pequeno museu educacional lá<sup>5</sup> (LEWIS, 2020, livre tradução).

Este exemplo serve para ilustrar a nossa compreensão da existência simbiótica entre a história dos museus e da documentação. Como fenômenos sociais, seus desenvolvimentos foram moldados por dimensões filosóficas, econômicas, políticas e científicas. Também foram impactadas por relações assimétricas de autoridade e obediência, que constituem o poder, conceito empregado tal qual o entendimento de Michel Foucault (FOUCAULT, 1977; 1978; 1979).

Discordamos da corrente que tributa à Documentação, grafada com a letra d maiúscula, fundada pelos advogados belgas Paul Otlet (1868-1944) e Henri La Fontaine (1854-1943), como o campo do conhecimento que legitima a documentação praticada nos museus. Entendemos que a documentação museal não possui sujeitos fundantes. Ela é um saber específico, desenvolvido anteriormente à fragmentação disciplinar, marcada por uma disputa pela construção e afirmação de identidades e independência.

A história revela que a documentação museal foi exercida em diálogo com outros saberes. Como tal, é que reconhecemos as contribuições dadas pelos criadores do *Office International de Bibliographie* (posteriormente nominada *Fédération Internationale de Documentation*) em relação ao alargamento na compreensão das noções de documento, informação e da própria documentação. Igualmente, louvamos a aproximação dos dois pesquisadores com a área de museus, com destaque para a formação, em 1910, do *Musée International* - batizado como *Palais Mondial* e, posteriormente, *Mundaneum* (RAYWARD, 2003, p. xi).

---

pode ser considerada uma marcação laica, já que também adota o calendário gregoriano como medida do tempo. No entanto, nos parece uma medida mais respeitosa à diversidade de religiões e credos existentes.

4 Localizada próximo a atual cidade de Nasiriyah, situada na província de Dhi Qar, na região sudeste do Iraque.

5 Texto original: “Woolley’s findings indicated that the Babylonian kings Nebuchadrezzar and Nabonidus certainly collected antiquities in their day. In addition, in a room next to the unearthed temple school there was found not only a collection of antiquities but also a tablet describing 21st-century-BCE inscriptions. Woolley interpreted the tablet as a museum label. This discovery seems to suggest that Ennigaldi-Nanna, Nabonidus’s daughter and a priestess who ran the school, had a small educational museum there” (LEWIS, 2020).

Redes de Itaipu:

o desenvolvimento de um modelo de documentação museal cidadã

Identificamos, complementarmente, a aplicação de algumas práticas bibliográficas na resolução de problemas documentais dos museus. Há uma expressiva bibliografia que explora essa aproximação, concretizada, sobretudo, entre o final do século XIX até os anos de 1930, com maior concentração de análise nos museus britânicos e estadunidenses.

É o caso do artigo *Library Influence on Museum Information Work*, publicado em 2014, pelo cientista da informação Richard J. Urban. O autor descreve alguns dos motivos que justificam a aproximação entre as duas áreas. O primeiro relaciona-se ao fato de as(os) profissionais de biblioteca terem começado a desenvolver um senso comum de organização da informação, antes da área de museus dispor de formações profissionais que incluíssem em seus currículos o ensino ou a pesquisa dessa temática. Além disso, citando Márcia J. Bates, Urban afirma que as(os) profissionais de biblioteca, por se entenderem inseridas(os) em um meta-campo, têm maior facilidade de lidar com a informação, independente do conteúdo ou contexto (URBAN, 2014, p. 597).

As aproximações interdisciplinares somadas à incorporação do ambiente digital se espelham na diversidade terminológica, ocorrida na documentação praticada em museus, principalmente, durante o século XX. Na tese de doutorado, denominada *Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal cidadã*, mapeamos 19 termos empregados em textos dedicados à temática, publicados no Brasil e no exterior, entre 1951 a 2014. A saber:

1. catalogação
2. documentação
3. documentação de acervos
4. documentação de acervos museológicos
5. documentação do acervo / documentação feita do acervo
6. documentação de bens culturais
7. documentação de coleções
8. documentação de gestão museológica
9. documentação de museu(s)
10. documentação do museu
11. documentação em museus
12. documentação em Museologia
13. documentação sobre Museologia
14. documentação museal
15. documentação museográfica
16. documentação museológica
17. sistema de documentação de museu
18. sistema de documentação na Museologia
19. processo da documentação museológica

Acompanhando os movimentos de disputa pelo consenso e precisão conceitual na área, resolvemos adotar a expressão documentação museal, definida no *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie* (Dicionário Enciclopédico de Museologia), produzido em 2011, sob a direção de Andrés Desvallées e François Mairesse. Os autores assim a especificam:

A documentação [museal] designa a informação de qualquer natureza, material e imaterial, escrita, visual, sonora ou outra, que permite conservar a memória do contexto do qual um objeto de museu foi extraído, e que o acompanha, portanto, quando de sua transferência para o museu [a documentação é repertoriada e organizada em catálogo] (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 589-590, livre tradução. Os colchetes foram recursos utilizados pelos autores).

A partir desta descrição, podemos avançar para a especificação dos seus métodos. Compreendemos a documentação museal como o processo de registro e transferência de fontes informacionais<sup>6</sup> para indivíduos e máquinas, englobando os procedimentos de identificação, coleta, tratamento, preservação, disseminação, uso e gestão de informação. Uma representação gráfica desse entendimento pode ser observada na figura 1.

Figura 1 - Fluxo da documentação museal, Brasil, 2020.



Fonte: Rose Moreira de Miranda, 2020.

Importa ressaltar que a incorporação dos procedimentos de identificação, coleta, preservação, disseminação, uso e gestão, não constitui um consenso na literatura dedicada ao fluxo documental realizado nos museus. Há uma crescente corrente que intitula o processo de gestão de coleções. É, por exemplo, o caso do SPECTRUM 4.0, uma das principais normas internacionais para a área, desenvolvida pelo Reino Unido. O trabalho é subdividido em 4 políticas, a saber: desenvolvimento das coleções, informação sobre coleções – na qual está inserida a documentação – acesso às coleções e a preservação/conservação das coleções (COLLECTIONS TRUST, 2014, p. 23).

Acreditamos que a expansão do uso do conceito gestão de coleções esteja intimamente ligada ao advento da automação dos museus, ocorrida a partir da década de 1960. Foi um momento de acelerado desenvolvimento de *softwares*, que pouco a pouco passaram a oferecer um maior número de recursos capazes de transformar, de analógicos para digitais, os procedimentos do fluxo documental. Além de cumprir a etapa básica de inventário, os sistemas passaram a dispor de instrumentos de controle, gestão, acesso e difusão dos

<sup>6</sup> Compreendemos 'fonte informacional' como um conceito que se refere a todo sujeito ou objeto (incluindo documentos) que origine, contenha ou administre uma informação. Essa formulação foi realizada a partir de consulta a obra de CAMPELLO; CENDÓN; KREMER (2000).

Redes de Itaipu:

o desenvolvimento de um modelo de documentação museal cidadã

bens culturais. Esses *softwares* são denominados, em inglês, *collections management software* – CMS (SWANK, 2008, p. 8). Em uma tradução livre: *software* de gestão de coleções.

Igualmente vale indicar que a ampliação do espectro de ações mediadas pelas plataformas tecnológicas proporcionou o aumento de especialidades e de profissionais envolvidos nos procedimentos informacionais. Este fato, pode ter contribuído para a segmentação das ações, que se materializa graficamente na adoção das formas retangulares para a representação da norma SPECTRUM 4.0. A figura transpõe uma especialização de assuntos, consubstanciada na verticalização de ações. Não ilustra, porém, como seriam efetuadas trocas entre as “caixas”.

A documentação em fluxo, intencionalmente representada na figura 1 por círculos – símbolos do movimento, da continuidade – permite que o processo seja iniciado em qualquer ponto de acesso da circunferência principal, conferindo flexibilidade em relação às características de cada museu e do status informacional de cada coleção. Ela confere, também, uma ideia de retroalimentação. Ou seja, o fenômeno no qual o retorno da informação é necessário para permitir ajustes e melhorias no funcionamento do processo. É como expresso no dito popular: ‘informação é poder’.

Na documentação museal, o poder pode ser avaliado com o emprego de 7 (sete) perguntas: 1) ‘o quê’ será coletado; 2) ‘como’ será registrado; 3) ‘por quem’ será registrado; 4) ‘o quê’ estará disponível; 5) ‘quando’ estará disponível; 6) ‘como’ estará disponível; 7) ‘para quem’ estará acessível.

Nas instituições museais e nas iniciativas de memória que adotam os pressupostos da Museologia Social, essas questões tornam-se ainda mais centrais. Isso porque a prática da Museologia Social transborda as quatro paredes da edificação museal para lidar com o sujeito em seu território. O território é a marca da existência individual e coletiva. Ele abriga os testemunhos culturais e patrimoniais, demandando, por isso, que o trabalho museológico produza a análise social de sua apropriação e dos seus usos, e não somente de suas demarcações fronteiriças (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998).

Por tais motivos, defendemos a promoção de uma **documentação museal cidadã**, entendida como:

(...) aquela que deve garantir o exercício de aprendizado recíproco entre a instituição e a sociedade, por reconhecer que todo indivíduo acumula competências, saberes e conhecimentos, que quando interligados se potencializam. Seria aquela que crê na ampliação da dimensão social do museu, e por isso estaria apta a construir pontes entre o método documental e os indivíduos interessados na preservação e na valorização de suas memórias, sem perder a sua tecnicidade e cientificidade. Seria a documentação a serviço da sociedade, comprometida não só com o passado, mas igualmente com o presente e o futuro. (MIRANDA, 2020, p. 27)

Os pormenores de sua aplicação no Museu de Arqueologia de Itaipu serão explorados após a caracterização do território, do patrimônio e dos sujeitos envolvidos, descritos no subitem a seguir.



**Itaipu: a invisibilidade do visível**

(...)  
 Não a forma encontrada  
 como uma concha, perdida  
 nos frouxos areais  
 como cabelos;

não a forma obtida  
 em lance santo ou raro,  
 tiro nas lebres de vidro  
 do invisível;

mas a forma atingida  
 como a ponta do novelo  
 que a atenção, lenta,  
 desenrola, (...)

João Cabral de Melo Neto, 1995

Não sabemos se João Cabral de Melo Neto visitou Itaipu, bairro presente na orla oceânica de Niterói, município do estado do Rio de Janeiro, na região sudeste do Brasil. Mas ao ler o trecho acima destacado, do poema *Psicologia da Composição*, temos a impressão de que a materialidade do visível e a imaterialidade do invisível, presentes no cenário itaipuense, o inspiraram.

O poeta pinça do novelo o fio da história. Ele é longo e tece uma trama com testemunhos descontínuos, frutos das camadas de sobreposição de poder. São indícios milenares de disputas sociais e territoriais. Alguns estão presentes na paisagem local, outros registrados em documentos históricos e, expressiva parte, continua pulsante na vida local. Algumas dessas evidências estão preservadas nas coleções que compõem a instituição museal presente neste território: o Museu de Arqueologia de Itaipu - MAI.

O MAI foi inaugurado em 22 de março de 1977. Ele está instalado nas ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, uma edificação que remonta à 1764. Segundo Helena Vieira Leitão de Souza (2008, p.2), o Recolhimento foi construído no território que já abrigava uma capela, erguida em 1721, na região conhecida como Bandas d'Além<sup>7</sup>. Este é um simbólico nome para a finalidade do Recolhimento: abrigar mulheres que a sociedade patriarcal desejava esconder, controlar ou punir. Ele servia para a reclusão de órfãs, mulheres que haviam engravidado ou mantido romances antes do casamento, moças que se insurgiam contra noivos escolhidos pela família, viúvas, mulheres que ficariam sozinhas quando da viagem de pais ou maridos etc. (IBRAM, 2014, p. 28; ARQUIVO NACIONAL, 2019).

Nas primeiras décadas do século XIX, o estabelecimento já se encontrava em declínio. Em 1833, o vigário João de Moraes e Silva determinou que o prédio vazio servisse como asilo para menores. (SOUZA, 2008, p.3; IBRAM, 2014, p.32).

7 Banda d'Além, segundo Maurício de Almeida Abreu, "é um topônimo que se referia, nos séculos XVI e XVII, a todas as terras localizadas à frente da cidade, do outro lado da baía, desde a foz do rio Guaxindiba, no atual município de São Gonçalo, até a oceânica Ponta Negra, em Maricá, limite do termo do Rio de Janeiro na direção da capitania de Cabo Frio, penetrando pelo interior; pelo vale do Guaxindiba, até o lugar conhecido como Ipiíba" (ABREU, 2006).

Redes de Itaipu:

o desenvolvimento de um modelo de documentação museal cidadã

No ano seguinte, em 1834, a cidade do Rio de Janeiro, geograficamente vizinha à Niterói, foi declarada sede do Império brasileiro. Um Ato Adicional determinou, na mesma época, a nomeação da Vila Real da Praia Grande como nova capital da Província do Rio de Janeiro. Após a autonomia, Vila Real foi elevada à categoria de cidade, pela Lei n.º 6, de 28 de março de 1835, com a adoção do topônimo Nictheroy (Niterói) (MEDEIROS, 1974[?], p. 6-8).

O status de capital de província trouxe uma série de desenvolvimentos locais a Niterói, como a iluminação pública a óleo de baleia, abastecimento de água e novos meios de transporte. O sistema de bonde foi criado em 1855, possibilitando a expansão da cidade ao longo do litoral, para lugares que atualmente correspondem a Ponta d'Areia, Icaraí e Itaipu (IBGE, 2019).

Notícias jornalísticas publicadas no Diário do Rio de Janeiro atestam a ocupação de Itaipu desde o início do século XIX<sup>8</sup>. Especificamente sobre a atividade de pesca no local, identificamos matérias datadas de 1879 no periódico *O Fluminense*. Neste ano, iniciou-se uma série de entendimentos diferenciados sobre a propriedade e o uso de espaços públicos e privados, marítimos e lagunares, que confrontaram proprietários de terras, instâncias do poder disciplinar e os pescadores<sup>9</sup>. Era o prenúncio dos embates jurídicos sobre o direito à terra, que permanecem até os dias atuais.

Essas questões foram ainda mais acirradas na segunda década do século XX, com o início da urbanização de Itaipu, ocorrida a partir da construção da estrada que liga o bairro até o centro de Niterói. Em 1921, foi oficialmente criada a colônia da Vila de Pescadores de Itaipu, situada nos arredores do Recolhimento de Santa Teresa. Nesse período, as ruínas do Recolhimento não pertenciam mais a Igreja Católica, e sim a Companhia Territorial Itaipu, empresa responsável pela urbanização do bairro, e que considerava a Vila como uma 'invasão' (IBRAM, 2014, p. 32-33).

A privilegiada localização da edificação foi alvo de atenção dos indivíduos que ali se estabeleceram. As ruínas foram utilizadas como moradia para famílias de pescadores e, também, como espaço de manuseio e guarda dos petrechos da pesca, situação que pode ser constatada na figura 2. Na parte direita da imagem é possível visualizar a incidência da proa de uma embarcação no interior do Recolhimento.

---

8 Importa informar que a história da imprensa brasileira teve início no Rio de Janeiro, com a chegada da família real portuguesa, sendo até então proibida toda e qualquer atividade gráfica ligada à veiculação de notícias ou mesmo de livros, classificados como heréticos. Um ano após a revolução portuguesa de 1820, que animara as forças que reivindicavam a liberdade, e um ano antes da Independência do Brasil, foi fundado na Corte, em 01 de junho de 1821, o Diário do Rio de Janeiro. Foi o primeiro jornal informativo a circular no Brasil, sendo para isso omissos nas questões políticas. Na época imperial, a imprensa ganhou novo fôlego, com a fundação de muitos jornais em vários estados brasileiros. Dentre os jornais que circularam no Rio de Janeiro, se destacam a *Gazeta de Notícias* (1874-1942), jornal de cunho popular, e *O Paiz* (1884-1930) (SODRÉ, 1999, p. 48-223).

9 Empregamos a palavra no masculino, partindo das declarações colhidas no Inventário Participativo, que a atividade pesqueira artesanal só veio a ser exercida em Itaipu, por mulheres, a partir da década de 1980.

Figura 2 - Ruínas da fachada frontal do Recolhimento, com perdas na estrutura e proa de embarcação à direita. Brasil, sem data.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN. Dossiê 131-3-01.

Preocupados com a preservação do espaço, as(os) moradoras(es) de Itaipu solicitaram sua preservação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Este fato pode ser comprovado por um dos primeiros documentos que compõem o dossiê de inventário dos remanescentes do Recolhimento (I-RJ-199.01). São notas históricas de Itaipu, datilografadas em papel timbrado da Colônia de Pescadores Z-7, instalada em espaço vizinho ao Recolhimento (ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN).

O processo de tombamento das ruínas do Recolhimento pelo IPHAN se iniciou em 1946, sendo a decisão final expedida quase uma década depois. A morosidade do procedimento se justifica, em parte, pelos entraves jurídicos encontrados pelas(os) técnicas(os) do órgão de proteção. Elas(es) tiveram dificuldade em identificar a(o) proprietária(o) legal do terreno e do imóvel. Superadas as questões burocráticas, por fim, o bem foi inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes, vol. I, fl. 80, em 8 de janeiro de 1955 (ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN).

Igualmente da década de 1950 datam os primeiros registros sobre a presença de um sambaqui no território de Itaipu. Pesquisa realizada por Maria De Simone Ferreira (2017) revela que os testemunhos foram produzidos por Hildo de Mello Ribeiro, morador de Itaipu, que além de ocupar o cargo de agente federal de fiscalização, estipulou para si a missão de coletar e preservar os vestígios do sambaqui.

Segundo a literatura especializada, os sambaquis são elevações de formato arredondado, constituídas por areia e vestígios faunísticos, que serviam de alimento: as conchas de moluscos e ossos de peixe (DE BLASIS, FISH, GASPARI, FISH, 1998). À essa característica, deve-se acrescentar que em alguns sambaquis também foram localizados indícios de sepultamentos de homens, mulheres e

Redes de Itaipu:

o desenvolvimento de um modelo de documentação museal cidadã

crianças (MUSEU NACIONAL, 2019; IBRAM, 2014, p. 17 e 24).

Em Itaipu, e no bairro vizinho Camboinhas, restaram 3 sambaquis tomados no IPHAN. A saber: Duna Grande – assim denominado por ser o maior deles – Duna Pequena e Sambaqui de Camboinhas. Esses sítios arqueológicos já eram conhecidos das(os) moradoras(es) locais. O local só seria, no entanto, investigado em 1968, ano em que o IPHAN, em parceria com o Museu Nacional, enviou a primeira equipe de especialistas à Duna Grande (FERREIRA, 2017, p. 72-73; p. 112-113)

Os testemunhos da “forma encontrada como uma concha, perdida nos frouxos areais”, como poetado por João Cabral de Melo Neto, formaram a Coleção Hildo de Mello Ribeiro<sup>10</sup>. Ela é a maior coleção do MAI, composta por cerca de 1.000 artefatos líticos, artefatos ósseos, concreções, restos ósseos humanos e remanescentes de aves, peixes e mamíferos.

A segunda estrofe do poema “a forma obtida em lance santo ou raro, tiro nas lebres de vidro do invisível” (MELO NETO, 1995) está consubstanciada na Coleção Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, composta por 178 itens encontrados em 1991, data em que foi realizada a segunda intervenção para a consolidação das ruínas. São fragmentos da própria construção e sua decoração, além de porcelanas e cerâmicas de pratos, peças sanitárias e de outros objetos de uso comum. Com exceção da amostra de um bibelô em forma de boneca, não foram localizados vestígios do cotidiano das mulheres e crianças que ocuparam o Recolhimento.

O Museu preserva mais 7 coleções compostas por outros itens de natureza arqueológica e etnográfica, que registram a ocupação indígena da Aldeia Tekoa Mbo'yty e o modo de fazer da pesca artesanal, o principal meio de economia dos sujeitos locais. Destaca-se, também, uma importante coleção composta por 532 fotografias, em preto e branco, realizadas pelo fotógrafo Ruy Lopes. As imagens foram produzidas a partir da década de 1960, com uma câmera Rolleiflex 6x6. Elas retratam a paisagem local de Itaipu, incluindo cenas relativas à prática da pesca, os pescadores e moradoras(es).

Na coleção fotográfica foi iniciado um processo colaborativo de aprimoramento da qualidade documental. Foi promovida uma identificação coletiva, processo que proporcionou o registro detalhado de lugares e indivíduos. O produto gerado deste trabalho foi materializado na montagem da exposição temporária *Faces de Itaipu pelas Lentes de Ruy Lopes* (MAI, 2019).

Na figura 3 é possível observar parte de um painel expográfico com a reprodução de uma fotografia de Ruy Lopes. Os sujeitos presentes na imagem são identificados com o recurso de uma silhueta, na qual há números correspondentes ao nome da(o) retratada(o) e a indicação de pessoas não identificadas. Adicionalmente, à esquerda, há informações sobre laços familiares de alguns indivíduos.

---

10 Importa registrar dois fatos importantes sobre a formação da Coleção Hildo de Mello Ribeiro, que até hoje produzem impactos no trabalho do Museu. O primeiro relaciona-se a atribuição ‘não-científica’ dada à Coleção. Ela se relaciona a forma de recuperação dos vestígios empreendida à época por Hildo e pelas(os) moradoras(es) locais e, segundo Alejandra Saladino (2010), foi utilizada nos trabalhos de resgate efetuados em nosso país, na década de 1960, por técnicos não-especializados em Arqueologia. Ela reflete a disputa pelo capital simbólico entre a arqueologia acadêmico-científica e a arqueologia preservacionista (SALADINO, 2010, p. 189-190). A segunda consequência relaciona-se a invisibilidade, na documentação do Museu, do nome das(os) moradoras(es) locais que realizaram as doações. Todas as fichas desta Coleção apontam Hildo de Mello Ribeiro como o único doador, fato contestado nos testemunhos colhidos no *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*.

Figura 3 - Detalhe de painel expositivo do MAI, com foto produzida por Ruy Lopes, e o resultado da identificação coletiva e participativa. Brasil, 2019.



Foto: Rose Moreira de Miranda, 11 de setembro de 2019.

Este trabalho foi empreendido na mesma época em que se desenvolveu outro importante projeto no MAI: o *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*. Construído coletivamente pela comunidade local e as profissionais do MAI à época, Bárbara Primo e Mirela Araujo, a ação buscava ir além do passado arqueológico de Itaipu. Desejava alcançar “a forma atingida como a ponta do novelo que a atenção, lenta, desenrola (...)” (MELO NETO, 1995). Ou seja, buscava perceber como o patrimônio cultural local se conformava nas memórias coletivas, a partir da micro-história e da micropolítica local (PRIMO; ARAUJO, 2018a, p. 3).

Em sua primeira fase, foram realizadas entrevistas sobre a história de vida de 40 indivíduos. A mostra foi composta pelas(os) idosas(os) e as personalidades de destaque na vida da comunidade. A entrevista inaugural ocorreu no dia 16 de fevereiro de 2016 e a última em 22 de agosto de 2017. Todas foram registradas em 3 suportes: um gravador de áudio SONY ICD-PX240, uma câmera Canon EOS REBEL T5i e uma câmera SONY DCR-SR68.

Juntos, os depoimentos geraram, aproximadamente, 70 horas de material bruto, ou seja, material digital sem qualquer tipo de edição, totalizando 1,850 terabytes. As entrevistas foram arquivadas em diferentes suportes e mídias, distribuídas em distintos lugares físicos, como procedimento necessário para a segurança dos dados (PRIMO; ARAUJO, 2018a, p. 3-4).

A etapa seguinte do Projeto consistiu na transcrição do material. Após sua finalização, as entrevistas reunidas em um mesmo arquivo de texto (Word) somaram 797 páginas. Em seguida, iniciou-se o processo de revisão cruzada, ou seja, o trabalho de checagem realizado por uma(um) segunda(o) profissional, e não pela(o) transcritora(transcritor).

Redes de Itaipu:

o desenvolvimento de um modelo de documentação museal cidadã

Os resultados obtidos foram disseminados em diferentes mídias. Destacamos, com especial atenção, o livro *Inventário Participativo Pessoas e Memórias: Museu de Arqueologia de Itaipu* (PRIMO; ARAUJO, 2018b), cujo conteúdo pode ser acessado integralmente e gratuitamente no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.

No próximo subitem descreveremos as etapas e os resultados da construção do modelo de documentação museal cidadã, visando ao tratamento e disseminação digital de seu conteúdo no site do Museu.

### Construindo uma documentação museal cidadã

Falar da nossa vida é fácil. Porque ela é bem exposta o tempo todo, inclusive pelos conflitos que a gente vive – seja com a Marinha, com as especulações imobiliárias, com as unidades de conservação e até mesmo com o Museu. A história do Brasil e de Itaipu está marcada pelos conflitos com os povos tradicionais. A maioria das pessoas que têm sua fala registrada aqui fala fácil porque sentiu, viveu, sofreu e, dessa experiência, construiu um pensamento histórico e político do que é ou não bom para nós... (SILVA; SOUZA; LOPES; SILVA, 2018, p. 10).

O trecho acima é parte da *Apresentação* do livro *Inventário Participativo Pessoas e Memórias: Museu de Arqueologia de Itaipu* redigida por quatro moradores de Itaipu, nominados em ordem alfabética: Jairo Augusto da Silva, Jorge Nunes de Souza, Pedro Rodrigues Lopes e Rosilene Augusta da Silva. Na obra é possível consultar um extrato dos 40 testemunhos de vida colhidos no *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*.

Cada história, acompanhada da imagem das(os) depoentes, é um rico e potente registro da polifonia discursiva existente no local. Também indica que às(os) habitantes pertence uma inteligência coletiva, denominada por Pierre Lévy como: “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências” (LÉVY, 1998, p. 28).

Reconhecer a existência da inteligência coletiva local equivale admitir e valorizar os saberes e as habilidades inerentes aos indivíduos. O desenho e a implantação de uma documentação museal baseada nos pressupostos da inteligência coletiva, ou seja, comprometida com processos contra hegemônicos e emancipadores, demanda o enfrentamento de dois desafios.

O primeiro refere-se ao poder, um fenômeno intrínseco ao museu. Mario Chagas (2002, p. 52) se deteve a esta investigação, identificando na própria etimologia do termo museu a presença do poder. Adotando o entendimento que o vocábulo museu descende da palavra grega *Mouseion* - o templo de culto às musas, o autor nos recorda que a instituição não só recebe a influência direta das 9 divindades, inspiradoras da criação artística ou científica, como também de seus progenitores: Zeus (identificado com a autoridade, o poder) e Mnemósine (identificada com a memória, por sua vez também um poder). Em um projeto colaborativo e inclusivo é necessário tecer meios de equalização do poder entre o museu e a comunidade.

O segundo desafio se refere ao estatuto da documentação museal. Durante séculos a documentação nos museus teve como elemento central o objeto material. Para esse universo específico foram construídos modelos conceituais de dados que não se adaptam à nova realidade de instituições museológicas

voltadas à preservação de bens culturais imateriais, ao registro do território, do patrimônio in situ, e a identificação dos sujeitos que produzem e mantêm a cultura local.

Importa também destacar que a maioria desses modelos se baseia em uma estrutura *top-down*. A(o) profissional responsável pela documentação centraliza o poder das decisões sobre o fluxo documental, que tal como anteriormente indicado, envolvem as questões como: 1) 'o quê' será coletado; 2) 'como' será registrado; 3) 'por quem' será registrado; 4) 'o quê' estará disponível; 5) 'quando' estará disponível; 6) 'como' estará disponível; 7) 'para quem' estará acessível. Quanto menor for a polifonia na construção do fluxo, maior será a possibilidade de incorrer no perigo da história única denunciada pela escritora Chimamanda Ngozi Adichie (2019).

O estabelecimento de uma documentação museal cidadã não poderia, portanto, empregar métodos que utilizam campos informacionais pré-fixados, por vezes limitadores da inscrição de novos saberes. O modelo desenvolvido para o MAI se apoiou, integralmente, nas memórias e saberes coletados no Inventário Participativo.

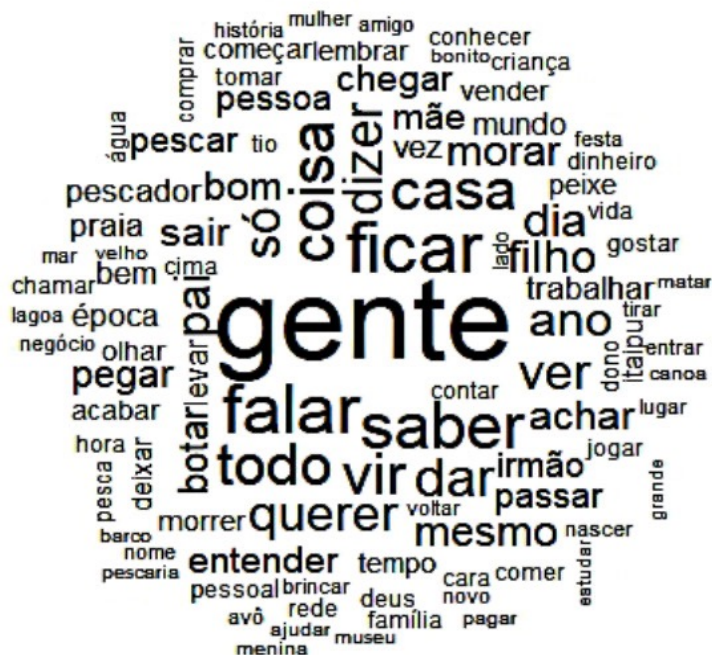
O primeiro passo foi realizar o tratamento da transcrição de 25 (vinte e cinco) dos 40 (quarenta) depoimentos que compõem a *Coleção Pessoas e Memórias*. Dado o seu grande volume informacional, foi necessária a adoção da análise semântica, metodologia de pesquisa também denominada de análise de dados textual; análise textual; análise lexical ou textual estatística. Como o próprio nome indica, ela permite o tratamento de textos, que podem ser documentos originais ou produções derivadas de entrevistas transcritas, perguntas abertas de pesquisas e compilações: obras literárias, artigos científicos etc. (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 2).

Dado o extenso volume de dados, optamos por realizar o seu processamento com o auxílio de um *software* especializado. Após estudo da bibliografia da área, decidimos utilizar o *software* denominado *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaire*, mais conhecido por seu acrônimo *Iramuteq*. A escolha adveio do fato dele ser um *software* livre e gratuito e, como tal, possuir fonte aberta, o que permite a realização de cópias, modificações e redistribuições. Essa característica, associada à sua larga utilização no Brasil, gerou um expressivo número de tutoriais e manuais de uso em português, disponibilizados gratuitamente na internet. A saber: a) *Tutorial para uso do software de análise textual Iramuteq*, de autoria de Brígido Vizeu Camargo e Ana Maria Justo (2013); *Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3)*, compilado e organizado por Maria Elisabeth Salviati (2017); *Tutorial (Básico) de Utilização do Iramuteq*, escrito por Luis Felipe Rosa de Oliveira para o L3P/UFG (sem data); *Manual Iramuteq: versão 01*, redigido por Baltazar Fernandes (sem data) etc.

O *Iramuteq* possibilita 5 tipos básicos de análises textuais. Neste artigo compartilharemos os resultados de duas análises. A primeira, mais famosa, é a nuvem de palavras, também conhecida como nuvem de *tags* ou nuvem de texto. Ela é uma representação visual da frequência das palavras. Auxilia no destaque dos termos mais citados nos depoimentos, indicando a maior ou menor incidência, com o auxílio de diferenciações de tamanho e intensidade da cor da fonte. Como demonstrado na figura 4, no caso do Inventário Participativo, o termo 'gente' foi o mais mencionado, seguido por 'ficar', 'falar', 'saber', 'todo', 'vir', 'dar' etc.

Redes de Itaipu:  
o desenvolvimento de um modelo de documentação museal cidadã

Figura 4 - Nuvem de palavras geradas com as 100 formas mais citadas. Brasil, 2020.



Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

A segunda análise, denominada árvore de similitude, nos permitiu comprovar e aprofundar o resultado da nuvem de palavras. Observamos que o agrupamento mais adensado de elementos, que ocorre no núcleo central, contém, igualmente, o termo ‘gente’. Em torno dele se agrupam verbos de ação (ver, deixar, comer, comprar, lembrar, apagar, entender, estudar, gostar, pegar, voltar, dançar etc.) e substantivos de lugares (praia, museu, Itaipu). É possível também identificar outros substantivos como vida, época, pessoa, leito etc.

Do núcleo central da árvore desdobram-se 9 conjuntos de semelhança mais fortes, que são indicados por hastes mais grossas. Neles constam os termos de maior relevância: ficar, pai, coisa, casa, saber, vir, dar, todo e falar. Importa perceber que os conjuntos formados por ‘ficar’ e ‘casa’ remetem aos relatos de desapropriações de moradias, nos quais há a incidência das palavras ‘medo’, ‘esperar’, ‘beber’, ‘nascer’ e ‘rua’. Igualmente nos chamou atenção o fato dos termos relacionados à pesca estarem situados entre os elementos ‘saber’ e ‘falar’, fato que pode estar diretamente relacionada à forma de transmissão do ofício no seio familiar ou comunitário.

A metodologia da análise semântica e os resultados de processamento no *software* foram fundamentais para auxiliar no processo de correção das transcrições das entrevistas. Foi possível identificar a presença de erros, situação que nos indicou a necessidade de implantação de um controle de sintaxe e de padronização de terminologia, principalmente relativa à pesca artesanal, aos nomes de lugares e ao registro de apelidos, prática social amplamente utilizada em Itaipu. Alguns exemplos são:



Termo Transcrito	Termo Correto
Cambuí	Cambuci (apelido)
Largo do Marrom	Largo do Marrão
Companhia	Companha

Dentre os instrumentos de controle, optamos em elaborar um vocabulário controlado. Trata-se de um método utilizado para a organização e recuperação da informação, que agrupa termos principais e sinônimas por meio de conceitos. Portanto, o vocabulário controlado não se assemelha a uma lista de palavras, já que demanda, necessariamente, a contextualização do termo.

Na primeira etapa do trabalho definimos a abrangência do vocabulário controlado, bem como identificamos seus objetivos e estabelecemos seu âmbito de aplicação: a *Coleção Pessoas e Memórias do Museu de Arqueologia de Itaipu*. A segunda etapa foi realizada a partir do exercício de leitura das transcrições das entrevistas, somada aos resultados oferecidos pela análise denominada *Classificação Hierárquica Descendente*, gerada pelo *Iramuteq*. Empregando a correlação, o *software* analisa vocabulários semelhantes e discrepantes. O processo se baseia na proximidade das palavras e no emprego realizado em contextos similares. A partir de uma lógica estatística processada por computador e aplicada de forma lexical, o programa identificou classes de vocabulário. Ao final, decidimos criar oito classes no vocabulário controlado, a saber:

Figura 5 - Classes do vocabulário controlado, com a incidência quantitativa de termos e sua porcentagem nas 25 entrevistas analisadas do Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Brasil, 2020.

Classes	N.º de Termos	Porcentagem
01. Indivíduos	821	53,66%
02. Pesca	171	11,17%
03. Marcos Territoriais	177	11,56%
04. Comida e Bebidas (flora e fauna)	195	12,74%
05. Festividades	38	2,48%
06. Brinquedos e Brincadeiras	54	3,52%
07. Habitação e Objetos Domésticos	54	3,52%
08. Organizações	20	1,30%
Total	1.530	99,95%

A terceira etapa do vocabulário controlado correspondeu à inserção dos termos das 25 entrevistas inicialmente selecionadas. Os casos de sinonímia foram resolvidos com o auxílio das estatísticas realizadas pelo *Iramuteq*. Um exemplo emblemático ocorreu com os termos 'arrasto' e 'arrastão'. Em respeito aos princípios da inteligência coletiva, e do protagonismo social das(os) depoentes, não cabia à equipe do Museu a escolha dos termos principais. Sendo assim, lançamos mão do recurso de frequência de termos oferecida pelo *software*. Como demonstrado na figura 6, o termo *arrastão* tem uma incidência 90% maior do que o termo *arrasto* e, sendo assim, foi eleito como termo principal.

Redes de Itaipu:  
o desenvolvimento de um modelo de documentação museal cidadã

Figura 6 - Frequência das palavras arrasto e arrastão nas 25 entrevistas analisadas do Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Brasil, 2020.

Resumo	Actives forms	Supplementary forms	Total	Hapax
Forma 			Freq.	Tipos
arrastado			1	adj
arrastar			13	ver
arrasto			14	nom
arrastão			135	nom

Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

O termo arrastão vincula-se à classe Pesca. Na figura 7 é possível visualizar os campos utilizados no vocabulário controlado, e a forma de registro do termo. Logo após o campo ‘nome’, no qual é registrado o termo principal, são arroladas todas as suas sinonímias. Para isto, utiliza-se o campo denominado ‘termos relacionados’. Em seguida, são indicadas as possíveis classificações do termo, sua descrição, e as fontes de informação, ou seja, os depoimentos do *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias* em que ele ocorre.

Nome	Termos Relacionados	Classificação 1	Classificação 2	Descrição	Fonte
Arrastão	Arrasto; arrasto de praia; arrastão de beira de praia; arrastão artesanal; pesca de arrasto; puxar lanço.	Modalidade de pesca artesanal		Modalidade de pesca artesanal que, para ser realizada, demanda um grupo, em média, de 7 pessoas, denominado de “companha”. Os pescadores - ou “companheiros” - utilizam canoas de madeira (que podem ter até 9 metros de comprimento) a remos e lançam a rede - que pode medir até 300 metros - de maneira a criar um cerco na beira da praia para, posteriormente, puxá-la.	Indivíduos 02, 10, 12, 13, 15, 30, 33.

Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

Especificamente em relação à classe Indivíduos, percebemos que o vocabulário controlado não era efetivo para o mapeamento do grau de parentesco existente entre os indivíduos entrevistados e citados. De forma auxiliar ao vocabulário controlado, adotamos uma ferramenta digital para a construção de árvores genealógicas, fato que permitiu a representação gráfica das conexões familiares, juntamente com o registro dos principais eventos ocorridos na vida dos sujeitos documentados (data e lugar de nascimento, casamento e óbito).

A Internet hoje dispõe de uma série de aplicativos gratuitos e comerciais para a construção de árvores genealógicas. Matéria jornalística realizada

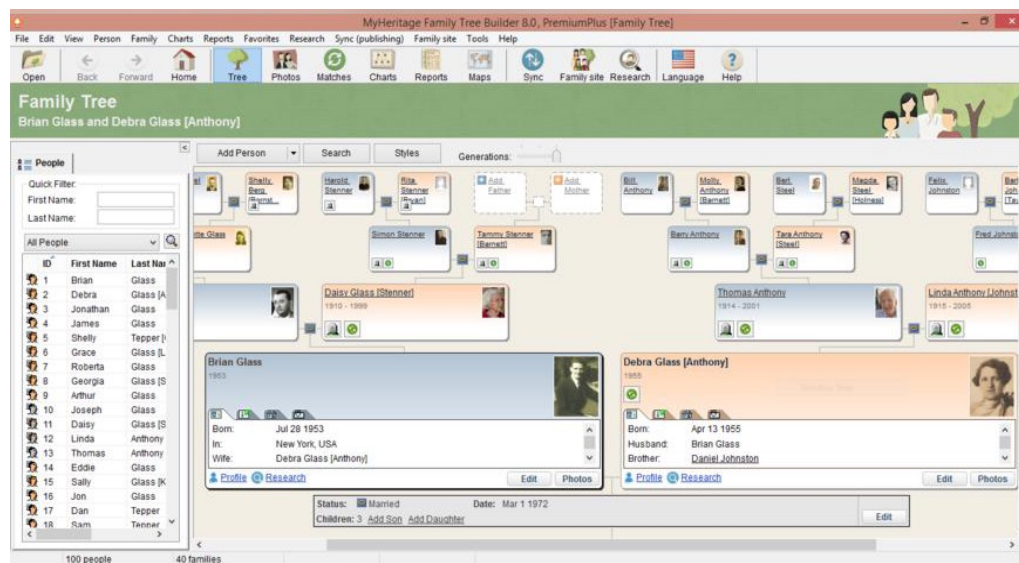
por Lorena Lafraia (2019) publicizou dados dos maiores sites comerciais especializados nesse setor. A saber: *FamilySearch*, *My Heritage* e *Ancestry*. Segundo a jornalista, o *FamilySearch* foi desenvolvido pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e possuía mais de 4 bilhões de registros. O *My Heritage* dispunha de 9 bilhões de registros, enquanto o *Ancestry* divulgava, à época, 20 bilhões de registros oriundos de 80 países. Abrigava, também, 80 milhões de árvores familiares, com 8 bilhões de nomes registrados.

Para a ação com o Inventário Participativo, escolhemos o aplicativo comercial *Family Tree Builder*. A opção se baseou na disponibilização gratuita do serviço em português e, sobretudo, na oferta do controle de privacidade, possibilitando a inserção de dados *off-line*.

O *software* permite que a cada indivíduo sejam adicionados nomes religiosos, apelidos ou nomes anteriores ao casamento. Também é possível a inserção de citações e notas, assim como a associação de imagens, documentos, áudio e vídeos.

A partir das 25 entrevistas analisadas, conseguimos produzir árvores genealógicas digitais de 4 famílias tradicionais de Itaipu. Por questões éticas, de proteção da identidade das(os) depoentes e de suas(seus) ascendentes e descendentes, decidimos não inserir neste artigo uma imagem com os dados reais. No entanto, a fim de ilustrar o resultado, reproduzimos, na figura 8, uma imagem oferecida pelo tutorial do próprio *software Family Tree Builder*, cuja representação gráfica se assemelha aos ascendentes de um casal registrado no *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias*.

Figura 8 - Reprodução de árvore genealógica digital do software Family Tree Builder. Brasil, 2020.



Fonte: Family Tree Builder, 2019. Acedido em [blog.myheritage.com/2016/02/introducing-family-tree-builder-8-0/](http://blog.myheritage.com/2016/02/introducing-family-tree-builder-8-0/)

A penúltima etapa de elaboração do vocabulário controlado compreendia a inserção dos termos oriundos da totalidade das entrevistas do Inventário Participativo. Importa ressaltar que alguns deles já dispunham de conceitos produzidos pela equipe do MAI. O trabalho foi empreendido para integrar o glossário do já citado livro *Inventário Participativo Pessoas e Memórias: Museu de Arqueologia de Itaipu*.

A ocorrência de uma situação inesperada, no entanto, levou-nos a não completar esta etapa. A transferência das profissionais Bárbara Primo e Mi-

Redes de Itaipu:

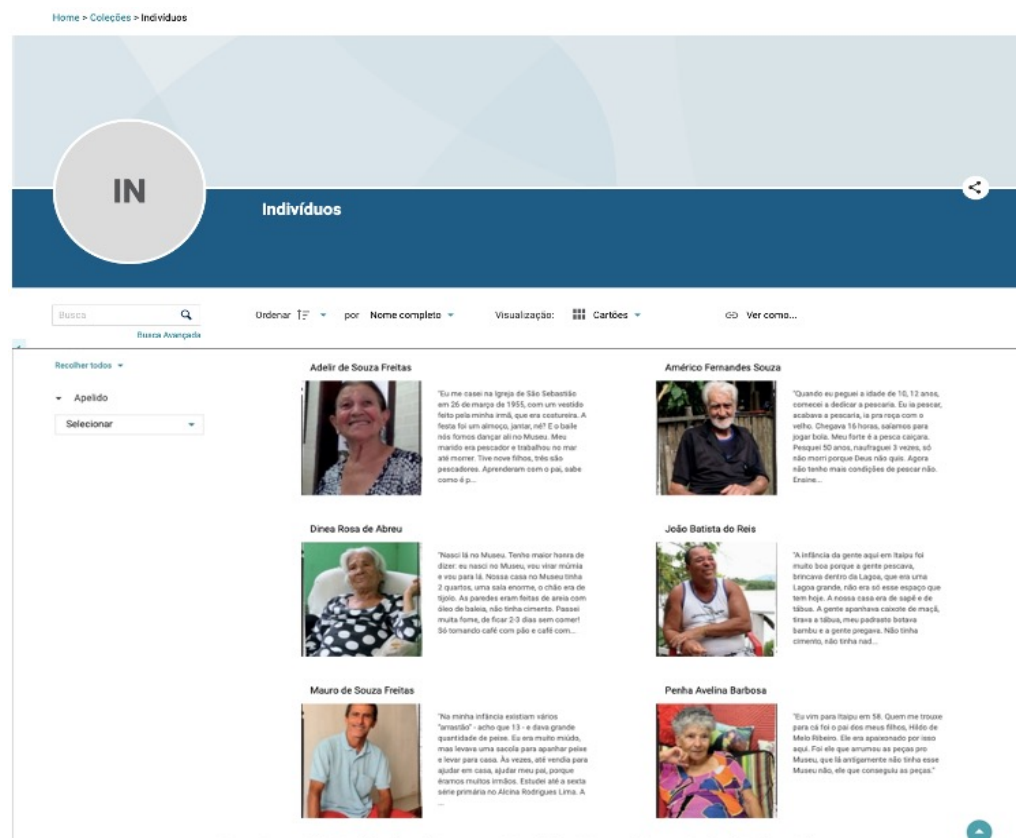
o desenvolvimento de um modelo de documentação museal cidadã

rela Araujo - responsáveis pelo Projeto do *Inventário Participativo de Pessoas e Memórias* - para outras unidades do Ibram, impactaram o contato direto com membros da comunidade. Conseguimos alcançar, parcialmente, a inserção de conceitos reunidos das 25 entrevistas inicialmente selecionadas. Não chegamos a avançar para a última etapa da ação. Ela previa o teste de uso do vocabulário controlado na plataforma tecnológica digital adotada pelo Museu para a catalogação e disponibilização eletrônica do acervo museológico de cunho material: a *Tainacan*.

Importa evidenciar que o maior impacto sofrido pela transferência das citadas profissionais foi, contudo, na documentação dos conteúdos da *Coleção Pessoas e Memórias* na plataforma *Tainacan*. Como já explicitado, nós não compúnhamos o quadro de servidoras(es) do Museu e, por questões de segurança, resolvemos não manusear os dados do acervo sem a supervisão direta das profissionais responsáveis.

Porém, com o objetivo de demonstrar as possibilidades de catalogação oferecida pela plataforma digital, procedemos alguns registros em uma versão teste gentilmente disponibilizada pelo Ibram. Tratamos a classe Indivíduos, por ser a mais numerosa. Cada registro realizado na plataforma correspondeu a um indivíduo entrevistado ou citado na entrevista. Na figura 9 é possível visualizar os primeiros registros. As imagens foram reproduzidas do livro *Inventário Participativo Pessoas e Memórias: Museu de Arqueologia de Itaipu*. O texto que serve como descrição do indivíduo, foi extraído da própria entrevista do depoente.

Figura 9 - Tela da coleção Indivíduos na plataforma Tainacan. Brasil, 2020.



Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

Além dos metadados, a plataforma permite a anexação de arquivos textuais, vídeos e áudios a cada registro. Sendo assim, o Museu poderá, por exemplo, disponibilizar os vídeos e áudios das entrevistas realizadas no Inventário Participativo, fotografias da(o) depoente ou de seus familiares, documentos e outros registros documentais localizados em pesquisas.

Exemplificamos este recurso com o registro do Sr. Américo Fernandes de Souza, conhecido pelo apelido de Bichinho. Em seu depoimento, ele havia mencionado a concessão de uma entrevista a um jornalista do jornal *O Globo*. Na ocasião da coleta do testemunho, ele não foi capaz de recordar o período em que o fato havia ocorrido e nem o nome do jornalista. Realizamos uma pesquisa no banco de dados do jornal, e conseguimos encontrar a referida matéria. Utilizando seu apelido como palavra-chave, localizamos também uma segunda notícia, realizada na época de sua condecoração na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. As duas matérias foram anexadas em seu registro, conforme demonstrado na figura 10.

Figura 10 - Anexos do registro do Sr. Américo Fernandes de Souza. Brasil, 2020.



Fonte: Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Museu de Arqueologia de Itaipu – Ibram.

## Considerações finais

Mesmo com a suspensão temporária dos trabalhos de documentação da *Coleção Pessoas e Memória* foi possível construir, aplicar e constatar a efetividade dos princípios da documentação museal cidadã. Em primeiro lugar, destaca-se na etapa de tratamento do fluxo documental, a valorização da inteligência coletiva. Informações históricas sobre o MAI e alguns de seus objetos arqueológicos e etnográficos, compartilhadas pelas(os) depoentes, foram identificadas e registradas, qualificando a documentação de itens das coleções. Tal processo só foi possível graças à decisão da não adoção de campos informacionais pré-fixados - retirados de modelos documentais existentes - para tratamento do conteúdo. O desenvolvimento de metadados específicos para o registro, somado à criação

Redes de Itaipu:

o desenvolvimento de um modelo de documentação museal cidadã

de instrumentos de controle terminológico e informacional, ocorreu somente após o mapeamento das temáticas abordadas pelos depoentes.

Todo o procedimento foi implementado graças à facilidade de uso da *Tainacan*. Sua flexibilidade na criação de diferentes tipos de metadados, e sua aplicação em diferentes coleções, nos permitiu estabelecer campos informacionais específicos para registro de cada uma das 8 classes do vocabulário controlado. Além disso, a plataforma digital oferece um processo simplificado de anexação voltado para diversos tipos de conteúdos digitais relacionados ao registro principal. A ferramenta também se destaca pela interoperabilidade com redes sociais, o que poderia ampliar o potencial de uso dos objetos culturais disseminados. Mediante o desejo do Museu, esse recurso também poderia viabilizar a instalação de um canal direto para a qualificação da informação por usuárias(os) externas(os). Por meio da habilitação do mecanismo de registro online de dados e informações, as(os) usuárias(os) poderiam complementar, com seu conhecimento, lacunas existentes nas fichas de catalogação, ou mesmo, apontarem a necessidade de correções.

A transferência da museóloga e da historiadora do MAI interrompeu a etapa de inserção da totalidade de registros no vocabulário controlado e a documentação museal completa das 8 coleções na plataforma *Tainacan*. A fase final desta investigação foi, no entanto, a mais impactada. Estava planejada a apresentação dos resultados alcançados com a produção das árvores genealógicas das(os) depoentes, o vocabulário controlado e a disseminação digital da documentação museal da *Coleção Pessoas e Memórias* à comunidade de Itaipu. Em seguida, seria realizada a capacitação dos indivíduos interessados na apropriação e aprimoramento de todo o processo documental.

Especialmente em relação às árvores genealógicas, pretendíamos que mediante a autorização de cada indivíduo registrado, o material fosse digitalmente publicado. Em seguida, após treinamento, a gerência das identidades seria transferida para um membro da família, o que possibilitaria a livre inserção de novas informações. Acompanhando os procedimentos oficiais de criação de comunidades tradicionais no local, percebemos que as árvores genealógicas digitais poderiam se transformar em um importante mecanismo comprobatório, podendo vir a ser anexado como documentação na instrução de processos jurídicos. Adicionalmente, após a aprovação comunitária, o Museu poderia conduzir a solicitação formal de desenvolvimento no *Tainacan* de um módulo próprio de extensão para árvores genealógicas. O recurso facilitaria sua integração aos conteúdos previamente inseridos no *Family Tree Builder*, e garantiria a publicação das representações gráficas no próprio site do MAI.

Outro processo paralisado foi o desenvolvimento da *Política de Aquisição e Documentação para o MAI*. Esse dispositivo foi identificado como essencial para a formalização do compromisso institucional do Museu no que tange à preservação dos itens relativos à *Coleção Pessoas e Memórias*, mas, sobretudo, assinalaria os mecanismos necessários para a continuidade do Projeto. O trabalho inicial de coleta das 40 entrevistas gerou expectativas comunitárias, que foram parcialmente atendidas com os produtos até então lançados. Do mesmo modo, demonstrou a grande lacuna informacional existente no Museu sobre o bairro de Itaipu e seus arredores, no tocante aos mais variados aspectos: econômico, social, histórico, cultural, ambiental, urbanístico etc.

Mesmo não tendo concretizado todas as etapas, a pesquisa empreendida demonstrou a exequibilidade e potencialidade de uma documentação museal cidadã. Uma ação que deve estar inserida na tessitura social e, que se compro-

meta a auxiliar na valorização do saber local, no estabelecimento de pontes entre técnicas, tecnologias e conhecimentos, no protagonismo de coletivos ou comunidades como instâncias legitimadoras e revisoras de sua cultura, e no compartilhamento de histórias polifônicas.

## Referências

ABREU, Maurício de Almeida. Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da Capitania do Rio de Janeiro - Séculos XVI e XVII. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. 10, n. 218, 2006, Disponível em: [http://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Engenhos\\_do\\_RJ\\_sec\\_XVI\\_XVII.pdf](http://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Engenhos_do_RJ_sec_XVI_XVII.pdf). Acesso em: 01 dez. 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O Perigo de uma História Única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALEXANDRER, Edward. *Museums in Montion: An Introduction to the History and Functions of Museums*, 1979. Nashville: American Association for State and Local History. Disponível em: <https://archive.org/stream/sagaofironannie00caid#>. Acesso em: 24 jan. 2017.

ARQUIVO CENTRAL DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [IPHAN]. *Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes*. Caixa I-RJ-199.01. Rio de Janeiro, Brasil: IPHAN.

ARQUIVO NACIONAL. Recolhimento de Mulheres. *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira Website*, 2019. Disponível em: [http://historiacolonial.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3427:recolhimento-de-mulheres&catid=2039&Itemid=215](http://historiacolonial.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3427:recolhimento-de-mulheres&catid=2039&Itemid=215). Acesso em: 13 maio 2019.

BALBI, Clara. Museus órfãos de público criam conteúdo para quem está em casa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/03/museus-orfaos-de-publico-criam-conteudo-para-quem-esta-em-casa.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BAZIN, Germain. *The Museum Age*. Nova Iorque: Universe Books, 1967. Disponível em: <https://archive.org/stream/museumage00bazi#page/n3/mode/2up>. Acesso em: 02 abr. 2018. (Obra original publicada em 1967, em francês, com o título *Le temps des musées*).

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 77, p. 1-2, 24 abr. 2014.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. *Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ*, 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15994284-Tutorial-para-uso-do-software-de-analise-textual-iramuteq.html>. Acesso em: 03 set. 2019.

CAMPELLO, Bernadete.; CENDÓN, Beatriz; KREMER, Jeanette (org.). *Fontes de informações para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte, Brasil: Editora UFMG, 2000.

Redes de Itaipu:

o desenvolvimento de um modelo de documentação museal cidadã

CHAGAS, Mario. Memória e Poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 19, n. 19, p. 35-67, 2002. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3820/mem%C3%B3ria.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 abr. 2018.

CLIFFORD, James. Colecionando Arte e Cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 69-89, 1994.

COLLECTIONS TRUST. *SPECTRUM 4.0: o padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido*. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura, Associação de Amigos do Museu do Café & Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL [CGI.br]. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.

DE BLASIS, Paulo; FISH, Suzanne; GASPAR, Maria Dulce; FISH, Paul. Some references for the discussion of complexity among sambaqui moundbuilders from the Southern shores of Brazil. *Revista de Arqueologia Americana*, n. 15, p. 75-105, Dez. 1998. Disponível em: [www.jstor.org/stable/27768414](http://www.jstor.org/stable/27768414). Acesso em: 08 set. 2019.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (dir.). *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie*. Paris: Armand Colin, 2011.

FERNANDES, Baltazar. *Manual Iramuteq* [s.d.]. Disponível em: [https://www.academia.edu/9312034/Manual\\_Iramuteq](https://www.academia.edu/9312034/Manual_Iramuteq). Acesso em: 03 set. 2019.

FERREIRA, Maria De Simone. *Percursos da Memória: narrativas sobre patrimônio no Museu de Arqueologia de Itaipu*. 2017. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FINDLEN, Paula. *Possessing Nature: Museums, Collecting and Scientific Culture in Early Modern Italy*. Estados Unidos da América: University of California Press, 1994.

FOUCAULT, Michel. Saber e Poder. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). *Ditos e Escritos - Estratégia, poder-saber*, p. 223-240, 2006. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977. (Obra original publicada em 1984).

FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o poder. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). *Ditos e Escritos - Estratégia, poder-saber*, p. 253-266, 2006. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. (Obra original publicada em 1984).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IMPEY, Oliver; MacGregor, Arthur (ed.). *The Origins of museums: the cabinet of curiosities in sixteenth and seventeenth-century*. Oxford: Clarendon Press, 1985.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. *Niterói – Rio de Janeiro – RJ*. In: IBGE Website, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/niteroi.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS [Ibram]. *Museu de Arqueologia de Itaipu*. Brasília, Brasil: Ibram, 2014.

LAFRAIA, Lorena Maria. 7 sites para montar sua árvore genealógica. *Gazeta do Povo*, 16 jan. 2019. Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br/virtudes-e-valores/7-sites-para-montar-sua-arvore-genealogica/>. Acesso em: 03 set. 2019.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LEWIS, Geoffrey. History of museums. In: *Encyclopædia Britannica*, 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/museum-cultural-institution/The-precursors-of-museums>. Acesso em: 01 set. 2020.

LOLLI, Alberto Di. Museos y óperas abiertos ‘online’: 15 días en la utopía de la cultura grátis. *El Mundo*, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://www.elmundo.es/cultura/2020/03/16/5e6e902b21efa0181a8b45ed.html>. Acesso em: 13 ago. 2020.

LUGLI, Adalgisa. *Naturalia et Mirabilia: les cabinets de curiosités en Europe*. (Naturalia et Mirabilia: il collezionismo enciclopedico nelle Wunderkammern d’Europa). Paris, França: Société Nouvelle Adam Biro, 1998. Disponível em: <http://www.microsillons.org/collection/naturalia.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018. (Original publicado em 1983).

MACHADO, Livia. Museus e equipamentos de Cultura de SP ampliam oferta de conteúdo digital após coronavírus. *GI*, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/20/museus-e-equipamentos-de-cultura-de-sp-ampliam-oferta-de-conteudo-digital-apos-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MEDEIROS, Adalita. *Niterói, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Brasil: IBGE, [1974?].

MELO NETO, João Cabral de. Psicologia da Composição, 1995. In: OLIVEIRA, Marly de (org.). *João Cabral de Melo Neto: obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 95-96.

MIRANDA, Rose Moreira de. *Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal cidadã*. 2020. Tese (Doutorado em Museologia) – Departamento de Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2020.

MURRAY, David. *Museums, their history and their use: with a bibliography and list of museums in the United Kingdom, 1904*. Disponível em: <https://archive.org/details/museumstheirhist01murruoft/page/n8>. Acesso em: 23 jan. 2017.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU [MAI]. *Plano Museológico 2020-2024*. Rio de Janeiro: MAI, 2019.

Redes de Itaipu:

o desenvolvimento de um modelo de documentação museal cidadã

MUSEU NACIONAL (Brasil). Sambaquis. In: *Museu Nacional Website*, 2019. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/arqueologia/arqueologia-brasileira/sambaquis.html>. Acesso em: 21 abr. 2019.

OLIVEIRA, Luis Felipe Rosa de. *Tutorial (Básico) de Utilização do Iramuteq*, [s.d.]. Disponível em: [https://l3p.fic.ufg.br/up/771/o/Tutorial\\_-\\_Revisão.pdf](https://l3p.fic.ufg.br/up/771/o/Tutorial_-_Revisão.pdf). Acesso em: 04 set. 2019.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. *Enciclopedia Einaudi – I. Memória-História*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

PRIMO, Bárbara; ARAUJO, Mirela. O Inventário Participativo de Pessoas e Memórias do Museu de Arqueologia de Itaipu. In: XIV ENCONTRO DE HISTÓRIA ORAL, 14., 2018, Campinas. *Anais [...]*. Disponível em: [http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524160778\\_ARQUIVO\\_ArtigoSimpósioHistoriaOral-versaofinal.pdf](http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524160778_ARQUIVO_ArtigoSimpósioHistoriaOral-versaofinal.pdf). Acesso em: 23 maio 2019.

PRIMO, Bárbara; ARAUJO, Mirela (org.). *Inventário participativo pessoas e memórias*: Museu de Arqueologia de Itaipu. Rio de Janeiro: Data Coop, 2018. Disponível em: [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/inventario-participativo-\\_pessoas-e-memorias.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/inventario-participativo-_pessoas-e-memorias.pdf). Acesso em: 22 ago. 2020.

PRYKE, Louise. Hidden women of history: Ennigaldi-Nanna, curator of the world's first museum. In: *The Conversation: academic rigor, journalistic flair*, 2019. Disponível em: <https://theconversation.com/hidden-women-of-history-ennigaldi-nanna-curator-of-the-worlds-first-museum-116431>. Acesso em: 03 ago. 2019.

PUENTE, Maria. Take a virtual tour of these 12 amazing museums closed because of coronavirus. *USA TODAY*, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://www.usatoday.com/story/travel/2020/03/17/museums-tour-virtually-closed-for-coronavirus/5067867002/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

RAYWARD, W.B. Organização do conhecimento e um novo sistema político mundial: ascensão e queda e ascensão das ideias de Paul Otlet, XI-XXVII, 2003. In: OTLET, Paul. *Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos, 2018. Disponível em: [http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2018/09/otlet\\_tratado\\_de\\_documenta%C3%A7%C3%A3o\\_pronto.pdf](http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2018/09/otlet_tratado_de_documenta%C3%A7%C3%A3o_pronto.pdf). Acesso em: 31 jan. 2019. (Original publicado em 1934).

ROBERTS, D. Andrews; LIGHT, Richard (ed.). Progress in Documentation: Museum Documentation. *Journal of Documentation*, 36 (1), 42-84. Grã-Bretanha: Emerald Group Publishing, 1980.

SALADINO, Alejandra. *Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SALVIATI, Maria Elisabeth (org.). *Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3)*, 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/anexo-manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 07 set. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus* (Pandemia Capital). Boitempo Editorial, 2020. Edição do Kindle.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Documentação Museológica, Educação e Cidadania. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 3, n. 3, p. 79-92, 1994. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/308>. Acesso em 24 ago. 2016.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1998.

SCHLOSSER, Julius von. *Die Kunst- und Wunderkammern der Spätrenaissance: ein Beitrag zur Geschichte des Sammelwesens*. Leipzig: Klinckschardt & Biermann, 1908. Disponível em: <http://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/schlosser1908/0001/thumbs>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SCHNAPPER, Antoine. The King of France as Collector in The Seventeenth Century. *The Journal of Interdisciplinary History*, v. 17, n. 1, p. 185-202, Summer 1986. Minnesota: The MIT. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/204130>. Acesso em: 02 abr. 2018.

SCHULZ, Eva. Notes on the History of Collecting and of Museums: in the light of selected literature of the sixteenth to the eighteenth century. *Journal of the History of Collections*, v. 2, n. 2, p. 205-218, 1990. Disponível em: <https://academic.oup.com/jhc/article-pdf/2/2/205/6751895/2-2-205.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

SILVA, Jairo Augusto da; SOUZA, Jorge Nunes de; LOPES, Pedro Rodrigues; SILVA, Rosilene Augusta da. Apresentação, p. 10-11, 2018. In: PRIMO, Bárbara; ARAUJO, Mirela (org.). *Inventário participativo pessoas e memórias*: Museu de Arqueologia de Itaipu. Rio de Janeiro: Data Coop, 2018. Disponível em: [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/inventario-participativo-\\_pessoas-e-memorias.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/inventario-participativo-_pessoas-e-memorias.pdf). Acesso em: 22 ago. 2020.

SODRÉ, Nelson. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: Mauad, 1999.

SOUZA, Helena Vieira Leitão. Da História para a Memória: a Transformação do Recolhimento de Santa Tereza no Museu de Arqueologia de Itaipu. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH, 13., 2008, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212897071\\_ARQUIVO\\_DaHistoriaparaaMemoria\\_\\_.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212897071_ARQUIVO_DaHistoriaparaaMemoria__.pdf). Acesso em: 05 maio 2019.

SWANK, Annamaria Poma. *Report: Collection Management Systems*. Fondazione Rinascimento Digitale, 2008.

TORRES, María Teresa Marín. *Historia de la Documentación Museológica: la gestión de la memoria artística*. Gijón: Trea, 2002.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION [UNESCO]. *Museums Around the World in the face of Covid-19*. Paris: ISSN 2238-5436

Redes de Itaipu:

o desenvolvimento de um modelo de documentação museal cidadã

TORRES, María Teresa Marín. *Historia de la Documentación Museológica: la gestión de la memoria artística*. Gijón: Trea, 2002.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION [UNESCO]. *Museums Around the World in the face of Covid-19*. Paris: UNESCO, 2020.

URBAN, Richard J. Library Influence on Museum Information Work. *Library Trends*, v. 62, n. 3, p. 596–612, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/158312888.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2019.